



## INFLUÊNCIA DA INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS SOBRE O BEM-ESTAR INDIVIDUAL NO BRASIL

**Maria das Graças Barros Franchini**

(Mestranda no Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – Universidade Federal de Viçosa)

**Maria Micheliana da Costa Silva**

(Professora do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – Universidade Federal de Viçosa)

**Resumo:** O estudo investiga como a inadimplência afeta o bem-estar individual no Brasil, a partir da análise das edições de 2008–2009 e 2017–2018 da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Utilizando uma amostra representativa da população brasileira, o estudo emprega um modelo *Pooled OLS* com *dummies* de efeitos fixos para coortes de nascimento e ano de entrevista, além de variáveis socioeconômicas, a fim de isolar os efeitos geracionais e temporais sobre o bem-estar dos indivíduos. As coortes são definidas em intervalos quinquenais, possibilitando a comparação entre diferentes gerações em contextos econômicos distintos. Os resultados revelam padrões consistentes de heterogeneidade no bem-estar entre coortes, bem como diferenças relevantes entre regiões, faixas etárias e níveis de renda. A abordagem adotada contribui para a compreensão dos fatores estruturais associados à evolução do bem-estar no país, destacando o papel da trajetória geracional e do ciclo de vida.

**Palavras-chave:** Bem-estar; POF; Inadimplência; Coortes; Brasil.

## THE EFFECTS OF HOUSEHOLD DEBT DELINQUENCY ON INDIVIDUAL WELL-BEING IN BRAZIL

**Abstract:** This paper investigates the delinquency effect on individual well-being in Brazil based on the analysis of the 2008–2009 and 2017–2018 editions of the Household Budget Survey (POF). Using a representative sample of the Brazilian population, the study applies a Pooled OLS model with fixed effects dummies for birth cohort and interview year, along with socioeconomic variables, in order to isolate generational and temporal effects on individual well-being. The cohorts are defined in five-year intervals, enabling comparisons across different generations exposed to distinct economic contexts. The results reveal consistent patterns of heterogeneity in well-being across cohorts, as well as relevant differences across regions, age groups and income levels. The approach adopted contributes to a better understanding of the structural factors associated with the evolution of well-being in the country, highlighting the role of generational trajectories and the life cycle.

**Keywords:** Well-being; Household Budget Survey (POF); Delinquency; Cohorts; Brazil.



## 1. INTRODUÇÃO

O bem-estar humano é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento das sociedades. Por se tratar de um fator de grande interesse público, tal tema vem ganhando cada vez mais espaço em estudos teóricos e empíricos, que normalmente buscam analisar seus determinantes e compreender como variados níveis de bem-estar impactam os indivíduos e as instituições (Fernandes; Lima, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o bem-estar individual entendido como o estado em que os indivíduos dispõem das capacidades e condições necessárias para viver com dignidade, autonomia e segurança, com acesso efetivo a recursos materiais (como renda, moradia e alimentação) e imateriais (como saúde, educação, participação social e vínculos afetivos), considerando não apenas a ausência de privações, mas a possibilidade de pleno florescimento humano (Sen, 1999; Nussbaum, 2000). Dessa forma, o bem-estar dos indivíduos configura-se como um fator central em pesquisas ao redor do mundo, e será a definição adotada neste estudo. Garantir esse tipo de bem-estar contribui diretamente para a promoção de igualdade, segurança e dignidade social (Botelho et al., 2024).

Dentre os fatores capazes de influenciar o bem-estar individual, o endividamento aparece como um fenômeno complexo que é capaz de afetar também os aspectos psicológicos dos indivíduos (Roza; Piana; Batista, 2024). Parte da literatura existente aponta para o fato de que a facilidade de acesso ao crédito é a principal forma de aquisição de dívidas, além de fatores como eventos inesperados, incentivos ao consumo descontrolado, ausência de educação financeira e desigualdade de renda (Almeida; Andrade, 2022; Gonçalves, 2022; Silva, 2021; Vasconcelos, 2021).

O acesso ao crédito é uma condição fundamental capaz de impactar diretamente o nível de consumo das famílias e dos países, uma vez que quanto maior o crédito disponível, maior é a possibilidade de consumo. Conforme a microeconomia clássica, consumir um bem ou serviço proporciona prazer ao indivíduo, sendo que quanto maior é o seu consumo, mais elevada tende a ser sua utilidade, que respeitando sua restrição orçamentária, corresponde à uma medida quantitativa de bem-estar individual (Jevons, 2012).

Quando o limite orçamentário é extrapolado e os indivíduos tornam-se incapazes de arcar com as próprias dívidas, ocorre a condição de inadimplência, que está além do endividamento<sup>1</sup>, pois significa que a empresa ou pessoa é incapaz de cumprir sua obrigação financeira dentro do prazo de vencimento (SERASA, 2024). Esse atraso pode acarretar uma série de consequências negativas para a economia como um todo, tanto em âmbito individual quanto populacional, passando até mesmo pela necessidade de políticas públicas (Silva, 2021; Vasconcelos, 2021).

Sob uma perspectiva macroeconômica, o endividamento dos países é um indicador importante da saúde econômica global. A dívida pública de um país deve ser acompanhada por meio da relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB), para que se tenha uma breve noção de sua sustentabilidade. Além disso, a finalidade da criação de uma dívida deve ser considerada, visto que quando são contraídas para fins de investimentos produtivos, tendem a gerar retornos para a sociedade, enquanto se a finalidade for apenas estimular o consumo, as consequências de longo prazo tendem a ser prejudiciais (Terra, 2013).

De acordo com o Conselho de Estabilidade Financeira (CEF), o Brasil é o país que mais paga encargos de dívida no mundo, o equivalente a 5,97% de seu PIB, o que é apontado como consequência do risco de políticas expansionistas. Vale mencionar que quando um país se

---

<sup>1</sup> O endividamento ocorre quando uma pessoa ou instituição possui dívidas, mas tem capacidade de quitá-las, geralmente, por meio de parcelas pagas regularmente; já a inadimplência ocorre quando as obrigações financeiras não são pagas dentro do prazo estipulado (Bolsa de Valores do Brasil, 2024).



endividada, seu risco de *default* aumenta e, conseqüentemente, há um aumento nos custos de empréstimos, representados por juros mais altos (CEF, 2024), o que acarreta redução dos investimentos, prejudica a criação de empregos e encarece a aquisição de bens duráveis para a população (Confederação Nacional da Indústria, 2025).

Nessa interação entre o público e o privado no contexto do endividamento, percebe-se sua presença em diversas esferas, abrangendo desde questões globais, como a dívida pública e externa dos países, até aspectos individuais, como o endividamento, e conseqüente inadimplência, das famílias (Schulze, 2023).

Sob a ótica das famílias, segundo o estudo realizado no ano de 2022 pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 69,7% das famílias brasileiras estavam endividadas, enquanto 43,2% desses indivíduos declararam não conseguir pagar suas dívidas atrasadas (Organização das Nações Unidas, 2022). De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, no início do ano de 2023, o Brasil contava com 15,1 milhões de endividados de risco<sup>2</sup>, o que representa 14,2% do total da população tomadora de crédito, que alcançou a marca de 105 milhões de pessoas. Além disso, constatou-se que o endividamento de risco tem relação com piores níveis de bem-estar financeiro, com níveis de poupança mais baixos e com menor capacidade de planejamento (Banco Central do Brasil, 2023).

Por outro lado, conforme os dados divulgados pela SERASA, em 2024, o número de brasileiros inadimplentes vem aumentando a cada ano no Brasil, fechando o ano com um total de 73,51 milhões de pessoas restritas, com uma dívida média de R\$5.496,69 por pessoa. Dentre as formas de endividamento, a utilização de cartões de crédito se apresenta como a mais expressiva, seguida por contas básicas como água, luz e gás (SERASA, 2025).

Ao se tratar sobre as implicações sobre a população brasileira, os estudos apontam que os efeitos do endividamento vão além das dificuldades econômicas, sendo capazes de prejudicar a saúde mental dos indivíduos e, conseqüentemente, em escala maior, gerar desequilíbrios sociais (Fan; Ryu, 2024; Roza; Piana; Batista, 2024).

Em um nível mais amplo, o endividamento das famílias também tem implicações sobre o estado de saúde mental dos indivíduos. De acordo com uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), com brasileiros com contas em atraso há pelo menos três meses, 82% dos entrevistados admitem que sofreram algum tipo de efeito seja na saúde física ou mental, em virtude da inviabilidade no pagamento de suas dívidas. Além disso, cerca de 88% dos entrevistados revelaram ter seu padrão de vida comprometido, enquanto mais de 50% relataram queda de produtividade no trabalho, o que coloca a questão do endividamento como um problema passível de política pública.

Em virtude dos impactos significativos que podem ser gerados pelo endividamento nos mais diversos níveis, torna-se indispensável a identificação de seus efeitos sobre o bem-estar individual, para que seja possível aderir estratégias eficazes de mitigação, uma vez que o bem-estar social está diretamente relacionado à qualidade de vida e ao desenvolvimento dos indivíduos. Diante disso, compreender os componentes que influenciam essa relação é essencial para enfrentar as conseqüências dessa realidade.

---

<sup>2</sup> Considera-se endividado de risco o tomador de crédito que atende simultaneamente a pelo menos dois dos critérios a seguir: inadimplência, comprometimento da renda mensal com o pagamento de dívidas acima de 50%, exposição simultânea a cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo, e renda disponível mensal (após o pagamento de dívidas) abaixo da linha de pobreza (Banco Central do Brasil, 2023).



Considerando os impactos socioeconômicos e à saúde associados ao endividamento das famílias brasileiras, torna-se necessário entender seus efeitos sobre o bem-estar dos indivíduos membros de domicílios endividados, bem como as consequências para a sociedade. Dentre as questões relevantes a serem consideradas estão: como o endividamento das famílias brasileiras impacta o bem-estar de seus moradores? O presente estudo buscará compreender como o endividamento é capaz de influenciar o bem-estar de indivíduos integrantes das famílias brasileiras endividadas por meio de um índice construído a partir de variáveis indicadas pela literatura como capazes de determinar o bem-estar (Deaton, 1997).

Diante disso, entender os fatores capazes de permear a relação entre endividamento e bem-estar é importante pois analisar as causas e consequências do endividamento familiar é essencial para entender as dinâmicas financeiras e sociais atuais, como também elaborar estratégias eficazes que favoreçam a estabilidade econômica e o bem-estar da sociedade (Roza, Piana, Batista, 2024). Além disso, grande parte dos estudos existentes indicam que o endividamento é capaz de reduzir o bem-estar em alguma de suas facetas (Campara; Vieira; Potrich, 2017; Coste; Henchoz; Wernli, 2020; Ferreira et al., 2021; Leão; Fernandes; Martins, 2016; Porto; Leroy; Camargos, 2019; Roza; Piana; Batista, 2024).

A literatura, tanto nacional quanto internacional, normalmente trata sobre os efeitos do endividamento sobre diversas facetas do bem-estar, tais como o Bem-Estar Financeiro (BEF) e o Bem-Estar Subjetivo (BES), em virtude de associações diretas e mais facilmente determinadas entre as variáveis. Contudo, os estudos que buscam analisar os efeitos sobre o Bem-Estar Social e sobre o consumo das famílias são menos diversos. Todavia, nota-se que mesmo quando ocorre a associação entre bem-estar individual e endividamento, é comum que os estudos utilizem uma única variável como *proxy* de bem-estar, geralmente, o consumo ou a renda *per capita*, mas sem considerar as demais características, observáveis e não observáveis, que são capazes de influenciar tal condição.

Em virtude de suas diversas formas de manifestação, o bem-estar é uma variável multidimensional (Ferreira *et al.*, 2021). Na literatura, pode-se encontrar análises relativas ao bem-estar financeiro, psicológico, subjetivo, físico, dentre outras diferentes áreas capazes de interagir para formar a qualidade de vida de um indivíduo. Todavia, quando se busca analisar a interação deste tema com o endividamento das famílias, os estudos apresentam principalmente sua relação com BEF e o BES, desconsiderando suas influências sobre os demais aspectos.

Considerando a literatura internacional, Coste, Henchoz e Wernli (2020) analisaram o efeito de diferentes tipos de dívida sobre a satisfação financeira e a satisfação com a vida de indivíduos residentes na Suíça. Seus resultados indicaram que a inadimplência reduz as duas medidas de bem-estar ao longo de todo o período analisado, apresentando um efeito mais forte para a população idosa.

Fan e Ryu (2023) examinaram a relação entre dívidas financeiras e o bem-estar subjetivo de jovens adultos estadunidenses, bem como o papel dos recursos sociais e pessoais nesse mecanismo, analisando também o papel de recursos como o apoio financeiro familiar e participação em atividades sociais, e psicológicos, como autoestima, nesse processo. Os autores encontraram que o apoio financeiro familiar esteve negativamente associado à satisfação com a vida e ao bem-estar subjetivo, enquanto a autoestima esteve positivamente associada à satisfação com a vida e ao bem-estar subjetivo.

No Brasil, Leão, Fernandes e Martins (2016) investigaram como o endividamento e a contratação de crédito impactam a vida de servidores públicos técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Os resultados apontam que despesas relacionadas ao cotidiano, como gastos com alimentação e remédios, aliadas às contratações



recorrentes de empréstimos consignados, utilizados para saldar dívidas de características diversas, podem contribuir negativamente no orçamento doméstico com repercussões no bem-estar psíquico, pessoal e social. De modo geral, os resultados chamaram a atenção para o fato de que a aquisição de empréstimos pode ser benéfica no curto prazo, mas causa desequilíbrios no médio e longo prazo, gerando complicações para a saúde financeira das famílias, o que destaca a necessidade de analisar os efeitos de diferentes formas de endividamento em períodos distintos.

De maneira complementar, a pesquisa de Campara, Vieira e Potrich (2017) analisou a relação entre Satisfação Global de Vida (SGV) e o Bem-Estar Financeiro (BEF) de indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família, utilizando modelagem de equações estruturais e análise cluster, reconhecendo a heterogeneidade entre as famílias analisadas. O estudo utiliza a definição de SGV, apresentada por Diener, Oishi e Lucas (2009) e Giacomoni e Hutz (2008), como sendo a percepção positiva ou negativa de um indivíduo em relação aos acontecimentos de sua vida, considerando a satisfação de seus desejos e inspirações. Seus principais resultados apontaram que os indivíduos estão satisfeitos de maneira global, mas se sentem desconfortáveis com a quantidade de dívidas que possuem e as condições financeiras precárias, corroborando para o potencial de impacto do endividamento sobre o bem-estar individual e familiar.

Seguindo a mesma linha, Ferreira *et al.* (2021) exploraram a relação entre o superendividamento e duas facetas do bem-estar: satisfação com a vida e bem-estar emocional, através de técnicas de análise estatística multivariada. Suas conclusões indicaram que o superendividamento impacta negativamente a satisfação com a vida e o bem-estar emocional por meio de diferentes mecanismos, dentre os quais estão a percepção de controle sobre a própria vida, ansiedade financeira e BEF, isto é, os menores níveis de percepção de controle e BEF dos consumidores superendividados foram importantes para explicar sua menor satisfação com a vida em comparação aos consumidores não superendividados.

Ademais, estudos analisados por Rossi (2022) vão ao encontro dos resultados encontrados de uma pesquisa realizada pela *International Stress Management Association* no Brasil (ISMA-BR), que relata que, para 78% dos brasileiros a incerteza financeira é a principal causa de preocupação. Dentre as consequências, os pesquisadores encontraram relação significativa entre o estresse financeiro e a saúde dos endividados, que se tornam mais propensos ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, tornando o indivíduo incapaz de planejar e organizar sua vida financeira, contribuindo, assim, para um ciclo vicioso (Rossi, 2022).

Reforçando a perspectiva multifacetada do bem-estar e sua relação inversa com o endividamento individual e familiar, através de uma revisão sistemática da literatura, que normalmente analisa questões subjetivas dos indivíduos ou que considera a renda como proxy para bem-estar nos domicílios, o estudo de Biyanwila e Anuradha (2023) chamou a atenção para o fato de que o endividamento das famílias é multifatorial, sendo influenciado por fatores macroeconômicos, demográficos e comportamentais capazes de gerar problemas relacionados à perda de bem-estar das famílias.

O artigo de Cavalcanti *et al.* (2019) valida uma escala baseada na teoria de Maslow para medir a satisfação das necessidades humanas em cinco dimensões: fisiológicas, segurança, afiliação, estima e autorrealização. Ainda que a satisfação dessas necessidades esteja positivamente associada ao bem-estar subjetivo, há motivos para acreditar que o comportamento seja semelhante sobre as medidas multifacetadas de bem-estar, especialmente em relação às dimensões mais básicas da pirâmide, como necessidades fisiológicas e segurança, que englobam aspectos como conforto no lar, acesso à água, luz, segurança física e financeira. Esses elementos são fundamentais para uma vida estável, sendo necessário que tais



necessidades sejam satisfeitas para que as dimensões seguintes sejam alcançadas (Cavalcanti et al., 2019).

Quando a situação se torna ainda mais grave, o endividamento alcança níveis insustentáveis, fazendo com que o indivíduo perca o controle sobre sua vida financeira e enfrente episódios de estresse econômico, que compreende sentimento de insegurança, falta de controle e pressão constante para lidar com dívidas e despesas e persiste ao longo do tempo e ameaça a estabilidade da vida cotidiana. Nesses casos, os efeitos ultrapassam a esfera individual e atingem a família e o círculo social, comprometendo não apenas a capacidade de atender às necessidades básicas, mas também a saúde física, mental e social. Essa condição pode culminar em queda na qualidade de vida e no surgimento de sintomas de ansiedade e depressão, como mostram diferentes estudos (Zerrener, 2007; Turunen; Hiilamo, 2014).

Diante do exposto, é possível compreender a relevância dos estudos que buscam compreender os efeitos do endividamento das famílias sobre o bem-estar individual, visto o potencial de impacto que a relação possui sobre a população em geral. Assim, o presente estudo busca contribuir para a literatura referente ao tema analisando como o endividamento das famílias impacta no bem-estar individual, empregando um modelo de regressão linear múltipla com dados empilhados e *dummies* para efeitos fixos de corte de nascimento, a fim de mensurar o bem-estar como uma composição de fatores observáveis e não-observáveis, o que frequentemente não é adotado pela literatura. Além disso, buscar-se-á mensurar o bem-estar individual por meio de um índice construído a partir de variáveis reconhecidas como capazes de influenciá-lo, com dados referentes a períodos distintos do século XXI, buscando uma análise que não se restrinja apenas a um momento específico, mas que seja representativo das famílias brasileiras.

Ao controlar os efeitos não observáveis, específicos de cortes, busca-se resultados mais assertivos a respeito dos efeitos do endividamento das famílias sobre o bem-estar, relacionados à geração, uma vez que não considerar tais fatores pode levar a conclusões vagas e improdutivas, que dificultam o entendimento e o desenvolvimento de medidas de mitigação. Desse modo, espera-se que os resultados obtidos no presente estudo contribuam para a formulação de políticas públicas eficazes que busquem amenizar os efeitos do endividamento sobre a população.

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, a próxima seção apresenta o referencial teórico, seguida pela seção metodológica, em que se apresenta a base de dados e o modelo econométrico. Na quarta seção, tem-se os resultados e discussão. Finaliza-se com as principais considerações da pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção tem como objetivo apresentar teorias que oferecem subsídios para a compreensão da influência do endividamento sobre o bem-estar dos indivíduos, constituindo um arcabouço teórico que embasa a análise proposta. Por se tratar de uma relação multifacetada, são muitos os fatores capazes de permeá-la, dentre os quais figuram fatores econômicos, comportamentais e sociais. Nesse contexto, destacam-se a Teoria do Ciclo de Vida e a Teoria da Renda Permanente, ambas baseadas na teoria do comportamento do consumidor de Fisher (1930), de modo que cada uma delas contribui, com diferentes ênfases, para a compreensão de como os indivíduos alocam recursos entre o presente e o futuro, e como tais decisões podem culminar em padrões de endividamento com implicações diretas sobre o bem-estar.

A Teoria da Escolha Intertemporal, proposta por Fisher (1930), introduz o conceito de restrição orçamentária intertemporal, no qual o consumidor decide entre consumir ou poupar,



considerando dois períodos distintos: juventude e velhice. A possibilidade de poupança e empréstimo permite que o consumo em cada período seja dissociado da renda corrente, sendo determinado pelas preferências temporais do agente, expressas por meio da taxa marginal de substituição entre consumo presente e futuro. O modelo assume racionalidade plena e acesso a crédito, embora reconheça a existência de restrições de endividamento. Essa abordagem tem sido amplamente aplicada para entender as decisões de consumo e os níveis de endividamento, sobretudo quando os indivíduos, por desconhecimento ou falta de educação financeira, comprometem o consumo futuro com gastos excessivos no presente (Batistella, 2014; Caetano, 2015).

Complementarmente, a Teoria do Ciclo de Vida, formulada por Modigliani e Brumberg (1954), estrutura o consumo ao longo de três estágios da vida: juventude (endividamento), fase adulta (acumulação de poupança) e velhice (despoupança). A teoria postula que os indivíduos buscam suavizar seu consumo ao longo do tempo, utilizando a poupança como instrumento de compensação para períodos de menor renda. As decisões são motivadas pelo desejo de estabilidade no bem-estar, levando em consideração a expectativa de renda futura. Variações nas condições de renda, acesso ao crédito e mudanças nos objetivos de consumo ao longo das fases do ciclo de vida influenciam diretamente a propensão ao endividamento. Estudos empíricos têm demonstrado que os padrões de consumo e endividamento se modificam significativamente conforme a fase da vida (Galle, 2024; Silva, 2023).

A Hipótese da Renda Permanente, desenvolvida por Friedman (1957), amplia essa perspectiva ao considerar que o consumo corrente é função da renda permanente - ou seja, da renda média esperada ao longo do tempo - e não da renda corrente, que pode incluir flutuações transitórias. A teoria sustenta que os consumidores tendem a suavizar o consumo diante de choques temporários de renda, utilizando poupança ou crédito. Assim, um aumento transitório na renda não gera, necessariamente, aumento proporcional no consumo. No entanto, se tais flutuações forem mal interpretadas como permanentes, os indivíduos podem consumir além de sua capacidade real, o que, em contextos de baixa educação financeira e limitada racionalidade, pode resultar em endividamento excessivo (Carroll, 2001).

Além disso, a tomada de crédito em períodos de altas taxas de juros é outro fator capaz de dificultar a suavização do consumo e elevar a vulnerabilidade financeira das famílias, o que pode ser capaz de influenciar seu bem-estar, especialmente das famílias mais pobres, uma vez que juros mais altos implicam no aumento do fluxo das dívidas já existentes e dificultam a tomada de empréstimos, tornando-os mais caros (Moraes et al., 2022).

Em conjunto, as teorias citadas ajudam a compreender os mecanismos por meio dos quais as decisões de consumo - moldadas por expectativas, acesso ao crédito e restrições intertemporais - impactam o bem-estar dos indivíduos. Embora partam do pressuposto de racionalidade plena, a literatura contemporânea reconhece a presença de comportamentos não otimizadores, de modo que, o endividamento familiar emerge como resultado não apenas de más decisões financeiras, mas também de falhas cognitivas e estruturais, o que tende a comprometer a sustentabilidade do consumo e afetar negativamente o bem-estar dos indivíduos (Gomes; Sant'Anna; Maciel, 2025).

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo tem como objetivo analisar a influência do endividamento das famílias brasileiras sobre o bem-estar nos domicílios, além da relação entre a aquisição de dívidas e características socioeconômicas e geográficas, com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) dos anos de 2008-2009 e 2017-2018. Um dos principais desafios dessa análise



está na presença de heterogeneidade entre os domicílios, culminando em um viés de variável omitida, que ocorre quando fatores relevantes para explicar o fenômeno estudado não são incluídos no modelo, podendo levar a estimativas tendenciosas. No que se refere ao presente estudo, considera-se que questões não diretamente observáveis, como o contexto político e econômico, valores e normas sociais e os efeitos do ciclo de vida, podem estar associadas simultaneamente ao bem-estar dos indivíduos, resultando em um viés na estimação.

Este estudo adota uma abordagem empírica baseada em dados empilhados (*pooled data*), utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com inclusão de efeitos fixos de coorte e ano para analisar a influência que o bem-estar dos indivíduos – gerado a partir da média aritmética das variáveis destacadas no Quadro 1 normalizadas. A estratégia busca controlar por variações sistemáticas associadas a gerações e períodos históricos, capturando assim fatores comuns a indivíduos nascidos em períodos semelhantes ou observados no mesmo ano.

### 3.1. Modelo econométrico

Com o objetivo de analisar a evolução do bem-estar ao longo do tempo, serão empilhados os dados das famílias participantes das POF 2008-2009 e 2017-2018. A equação estimada é a seguinte:

$$BemEstar_{it} = X_{it}\beta + \delta_1 Atrasos_{imoveis}_{it} + \delta_2 Atrasos_{contas}_{it} + \delta_3 Atrasos_{bens_servicos}_{it} + \alpha_c + \lambda_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que  $BemEstar_{it}$  representa o Índice de Bem-Estar do indivíduo  $i$  no período  $t$ , cujas variáveis estão descritas na próxima subseção;  $X_{it}\beta$  é o vetor de variáveis de controle descritas no Quadro 2 e os parâmetros estimados, respectivamente; a variável  $Atrasos_{imoveis}_{it}$  é uma *dummy* que apresenta valor igual a 1 se a família à qual o indivíduo pertence possui contas de aluguel ou prestação da casa/apartamento que não foram pagas dentro de seus prazos de vencimento e 0 caso contrário;  $Atrasos_{contas}_{it}$  é uma *dummy* que assume valor igual a 1 se a família a qual o indivíduo pertence atrasou o pagamento de água, eletricidade e gás e 0 caso contrário;  $Atrasos_{bens_servicos}_{it}$  é uma *dummy* que assume valor igual a 1 se a família a qual o indivíduo pertence atrasou o pagamento de prestações de bens ou serviços adquiridos e 0 caso contrário; Inclui-se também  $\alpha_c$ , para captar os efeitos específicos da coorte  $c$  em que o indivíduo  $i$  faz parte e  $\lambda_t$  que capta os efeitos temporais;  $\varepsilon_{it}$  é o erro aleatório.

Desse modo, com a construção das coortes, pretende-se captar efeitos intergeracionais e questões relacionadas à percepção de vida dos indivíduos, que também são capazes de influenciar e moldar suas percepções de vida, uma variável que não é diretamente observada, mas que está associada ao bem-estar dos indivíduos, a fim de contornar o viés de variáveis omitidas, possível causa de endogeneidade da relação a ser analisada.

### 3.2. Variáveis e fonte dos dados

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), conduzida a cada cinco anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como finalidade analisar a composição dos orçamentos domésticos e as condições de vida da população brasileira. Por meio de entrevistas domiciliares, a pesquisa também investiga a percepção subjetiva da qualidade de vida dos indivíduos. Para traçar um perfil socioeconômico das famílias, a POF considera fatores como localização geográfica do domicílio, estrutura familiar, distribuição do rendimento familiar per capita e características da pessoa de referência, incluindo sexo, cor ou raça, idade, escolaridade, ocupação e participação na força de trabalho. A primeira edição considerada, 2008-2009



entrevistou cerca de 56 mil domicílios, enquanto na edição mais recente, realizada em 2017-2018, participaram das entrevistas cerca de 58 mil domicílios em todo o país.

Segundo Deaton (1997), medir padrões de vida é um dos objetivos centrais de pesquisas domiciliares, sendo normalmente utilizadas as variáveis de renda e consumo para tal. Embora a renda seja uma medida direta de bem-estar econômico, sua volatilidade e dificuldade de mensuração fazem com que o consumo, por ser mais estável e refletir melhor os recursos permanentes das famílias, seja frequentemente preferido, especialmente em países em desenvolvimento. A medição do consumo deve abranger gastos com alimentação, habitação, vestuário, transporte e o valor de bens produzidos para consumo próprio (Deaton, 1997).

Sendo assim, a fim de analisar o impacto do endividamento sobre o bem-estar dos indivíduos, pretende-se construir um índice de bem-estar individual, em virtude da definição multidimensional do bem-estar. Para tal, serão consideradas as variáveis das categorias indicadas por Deaton (1997), através de uma média das variáveis apresentadas no Quadro 1 normalizadas, o que resumirá em uma única variável, múltiplas variáveis relacionadas ao bem-estar. As variáveis que serão utilizadas estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1: Variáveis para o índice de bem-estar individual

Variável	Descrição
Alimentação	Dummy que assume valor igual a 1 se o indivíduo considera que a família à pertence possui boa alimentação e 0 para o caso contrário
Saúde	Dummy que assume valor igual a 1 se o indivíduo considera que a família à pertence possui boa saúde e 0 para o caso contrário
Lazer	Dummy que assume valor igual a 1 se o indivíduo avalia o padrão de vida da sua família em relação a lazer como ruim
Renda do domicílio	Rendimento <i>per capita</i> mensal domiciliar, dos indivíduos em idade ativa, incluindo renda do trabalho, rendimentos de aluguéis, transferências e outras fontes de rendas
Escolaridade	Anos de escolaridade do indivíduo

Fonte: elaboração própria com base nas POFs.

Ademais, também serão incluídas no modelo as variáveis que representarão a adimplência/inadimplência das famílias e outras variáveis de controle apontadas pela literatura (Deaton 1997; Kempson; McKay; Willits, 2004; Ottavini; Vandone, 2011) como capazes de afetar a relação de interesse cujas descrições são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Variáveis de inadimplência e variáveis de controle

Variável	Descrição
Atrasos_imoveis	Dummy que assume valor igual a 1 se a família à qual o indivíduo pertence atrasou o pagamento de contas de aluguel ou prestação de aquisição de imóveis nos últimos 12 meses e 0 para o caso contrário
Atrasos_contas	Dummy que assume valor igual a 1 se a família à qual o indivíduo pertence atrasou o pagamento de contas de água, eletricidade ou gás nos últimos 12 meses e 0 para o caso contrário



Atrasos_bens_servicos	Dummy que assume valor igual a 1 se a família à qual o indivíduo pertence atrasou o pagamento de bens e serviços nos últimos 12 meses e 0 para o caso contrário
Sexo	<i>Dummy</i> relativa ao sexo do indivíduo que assume valor igual a 1 para mulher e 0 para caso contrário
Idade	Idade do indivíduo em anos
Cor	<i>Dummy</i> relativa à cor do indivíduo que assume valor igual a 1 para brancos e 0 para o caso contrário
Casado	<i>Dummy</i> relativa ao estado civil do indivíduo que assume valor igual a 1 para os que se encontram casados e 0 para o caso contrário
Região	<i>Dummy</i> relativa às regiões do Brasil, utilizando como base a região Sudeste.
Tamanho do domicílio	Variável contínua que representa a quantidade de moradores do domicílio

Fonte: elaboração própria com base nas POFs.

#### 4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, será apresentada a análise descritiva dos dados, bem como a evolução das variáveis de bem-estar e endividamento ao longo do tempo. Após o empilhamento e tratamento dos dados das POF's de 2008-2009 e 2017-2018, a amostra passou a contar com um total de 89.203 observações, sendo 45.216 presentes na primeira edição utilizada e 44.087 na segunda edição utilizada. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Observações		Média		Desvio Padrão		Mínimo		Máximo	
	2009	2018	2009	2018	2009	2018	2009	2018	2009	2018
Bem_Estar	45.216	44.087	40,86	60,26	21,26	18,42	0	0	98,1	100
Atraso_bens_Serviços	45.216	44.087	0,32	0,28	0,47	0,45	0	0	1	1
Atraso_contas	45.216	44.087	0,41	0,38	0,49	0,49	0	0	1	1
Atraso_imóveis	45.216	44.087	0,06	0,07	0,24	0,26	0	0	1	1
Casado	45.216	44.087	0,40	0,24	0,49	0,43	0	0	1	1
Idade	45.216	44.087	39	41	11	11	16	16	60	60
Urbano	45.216	44.087	0,77	0,78	0,42	0,42	0	0	1	1
Sexo	45.216	44.087	0,10	0,61	0,30	0,49	0	0	1	1
Cor	45.216	44.087	0,40	0,36	0,49	0,48	0	0	1	1
Escolaridade	45.216	44.087	7,40	9,5	4,37	4,4	0	0	16	16
Renda_pc_ativa	45.216	44.087	734,9	1448,1	1.034,1	1.612,4	0	0	23.326,8	24.163,4
Saúde	45.216	44.087	0,40	0,74	0,49	0,44	0	0	1	1
Alimentação	45.216	44.087	0,60	0,94	0,49	0,23	0	0	1	1
Lazer	45.216	44.087	0,55	0,67	0,50	0,47	0	0	1	1



Tamanho do domicílio	45.216	44.087	4	3	2	1	1	1	20	17
----------------------	--------	--------	---	---	---	---	---	---	----	----

Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 1, nota-se que o índice de bem-estar médio, construído a partir da normalização das variáveis renda per capita, escolaridade, saúde, lazer e alimentação, saltou de 40,86 para 60,26, configurando um aumento de quase 20 pontos, indicando uma melhora substancial na qualidade de vida medida através das variáveis socioeconômicas da população brasileira. Já a renda média nominal *per capita* quase duplicou, saltando de R\$734,93 para R\$1.448,12, com o desvio padrão saindo de R\$1.034,15 para R\$1.612,48 o que sugere que, além de a renda média ter aumentado de maneira expressiva, a desigualdade de renda também apresentou um discreto aumento no período. A proporção de pessoas com uma avaliação positiva da saúde aumentou drasticamente de 40% para 74%, um possível efeito das políticas de expansão do Sistema Único de Saúde, suas campanhas de vacinação, prevenção e facilitação no acesso a medicamentos. De maneira semelhante, a percepção de qualidade da alimentação saltou de 40% para 74%, um possível reflexo da redução da pobreza e dos programas de transferência de renda para as famílias de baixa renda. Da mesma forma, a percepção sobre o lazer melhorou, com a proporção subindo de 55% para 67%.

A proporção de pessoas que atrasaram o pagamento de contas (de 41% para 38%) e de bens/serviços (de 32% para 28%) diminuiu, o que é consistente e deve ir ao encontro do comportamento da renda entre os anos, principalmente pelo fato de que ambas as categorias englobam itens de necessidades básicas para a sobrevivência. Por outro lado, a proporção de pessoas que atrasaram o pagamento do imóvel aumentou de 6% para 7%, de 2009 para 2018, o que pode indicar mudanças no custo da habitação. Quanto a variável de sexo, houve uma mudança na composição da amostra, que inicialmente era composta por 10% de mulheres e saltou para 61% em 2018.

Por fim, as coortes de nascimento, apresentadas na Tabela 2, foram construídas a partir do ano de nascimento dos indivíduos e agrupadas em intervalos quinquenais, de modo a capturar diferenças geracionais nos níveis de bem-estar ao longo do tempo. As coortes contemplam indivíduos nascidos entre 1960 e 1994, divididos em sete grupos: 1960–1964 (d6064), 1965–1969 (d6569), 1970–1974 (d7074), 1975–1979 (d7579), 1980–1984 (d8084), 1985–1989 (d8589) e 1990–1994 (d9094). Essa classificação permite identificar padrões associados a fases distintas do desenvolvimento econômico e social brasileiro, além de controlar por efeitos fixos relacionados à experiência de vida acumulada por cada geração. A definição dessas coortes garante que todos os grupos incluídos apresentem representatividade empírica nas duas edições da POF analisadas, assegurando comparabilidade entre as coortes ao longo do tempo.

Tabela 2: Evolução das variáveis ao longo das coortes

Coortes	Bem-Estar (Média)		Atraso Imóveis (Média)		Atraso Contas Básicas (Média)		Atraso Bens e Serviços (Média)	
	2009	2018	2009	2018	2009	2018	2009	2018
<b>d6064</b>	40,194	57,246	0,044	0,043	0,340	0,335	0,298	0,226
<b>d6569</b>	40,877	58,106	0,055	0,059	0,426	0,359	0,321	0,248



<b>d7074</b>	41,001	58,690	0,070	0,066	0,433	0,391	0,350	0,285
<b>d7579</b>	41,485	59,831	0,071	0,078	0,443	0,413	0,358	0,312
<b>d8084</b>	42,614	61,581	0,080	0,087	0,417	0,414	0,359	0,307
<b>d8589</b>	42,134	63,012	0,088	0,095	0,410	0,411	0,336	0,308
<b>d9094</b>	43,304	63,849	0,079	0,103	0,385	0,392	0,331	0,303

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela acima, apresenta-se a evolução das médias das variáveis de bem-estar e das variáveis de atraso em pagamentos (imóveis, contas básicas e bens e serviços) ao longo das coortes de nascimento entre os anos de 2009 e 2018. É possível observar um aumento consistente nos níveis médios de bem-estar em todas as coortes, com destaque para o grupo mais jovem (d9094), que apresentou o maior incremento, passando de 43,304 em 2009 para 63,849 em 2018. Em contrapartida, os indicadores de atraso em pagamentos apresentam comportamento heterogêneo: o atraso em contas básicas e em bens e serviços aumentou na maioria das coortes, refletindo uma possível piora na capacidade de quitação de despesas correntes ao avançar pelas coortes, mas com reduções muito sutis entre os anos de 2009 e 2018, na maioria dos casos. O atraso no pagamento de imóveis, no entanto, manteve-se relativamente estável ao longo do tempo. Os resultados evidenciam os avanços no bem-estar individual mesmo diante da existência de pequenas dificuldades financeiras nos domicílios, especialmente entre os grupos mais jovens, apontando para um possível descompasso entre consumo, renda e capacidade de pagamento nas gerações mais recentes.

## 5. DICUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 3 apresenta os resultados econométricos da relação entre as variáveis de inadimplência nos domicílios e o bem-estar dos indivíduos.

Tabela 3 - Efeitos da inadimplência das famílias sobre o bem-estar dos indivíduos

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
<b>Atraso_imóveis</b>	0,206 <sup>NS</sup> (0,416)	-4,078*** (0,960)	-1,321 <sup>NS</sup> (1,925)	-1,725*** (0,344)
<b>Atraso_contas</b>	-6,362*** (0,231)	-3,529*** (0,576)	-2,504** (1,126)	-5,177*** (0,219)
<b>Atraso_bens_serviços</b>	-3,714*** (0,119)	-2,579*** (0,589)	-2,060* (1,130)	-3,125*** (0,122)
<b>Cor</b>	-	4,662*** (0,628)	2,517* (1,332)	4,683*** (0,286)
<b>Casado</b>	-	2,437*** (0,551)	1,720 <sup>NS</sup> (1,113)	1,319*** (0,139)
<b>Sexo</b>	-	-6,914*** (0,595)	-6,225*** (1,293)	-4,835*** (0,542)



<b>Urbano</b>	-	9,045*** (0,567)	6,806*** (1,132)	8,345*** (0,294)
<b>Tamanho_domicilio</b>	-	-0,823*** (0,134)	-0,5026* (0,286)	-1,035511 (0,20456)
<b>Nordeste</b>	-	-7,698*** (0,840)	-1,809 <sup>NS</sup> (1,790)	-4,792*** (0,277)
<b>Norte</b>	-	-5,270*** (0,975)	0,427 <sup>NS</sup> (1,998)	-2,041*** (0,339)
<b>Sul</b>	-	3,151** (1,329)	8,399*** (2,965)	3,283*** (0,193)
<b>Centro Oeste</b>	-	-0,333 <sup>NS</sup> (1,092)	1,804 <sup>NS</sup> (2,470)	-0,044 <sup>NS</sup> (0,323)
<b>2018</b>	17,949*** (0,582)	32,026*** (0,693)	24,036*** (1,628)	20,428*** (0,204)
<b>1965-1969</b>	1,011*** (0,004)	-0,085 <sup>NS</sup> (0,974)	1,049 <sup>NS</sup> (2,072)	1,129*** (0,0367)
<b>1970-1974</b>	1,611*** (0,005)	0,267 <sup>NS</sup> (0,947)	1,842 <sup>NS</sup> (1,964)	1,960*** (0,072)
<b>1975-1979</b>	2,573*** (0,008)	-0,860 <sup>NS</sup> (0,935)	1,231 <sup>NS</sup> (1,981)	3,104*** (0,071)
<b>1980-1984</b>	3,930*** (0,014)	-0,212 <sup>NS</sup> (0,9478)	3,987** (2,000)	4,257*** (0,030)
<b>1985-1989</b>	4,586*** (0,058)	0,711 <sup>NS</sup> (1,048)	4,153* (2,185)	5,049*** (0,067)
<b>1990-1994</b>	5,753*** (0,133)	0,800 <sup>NS</sup> (1,421)	3,698 <sup>NS</sup> (2,897)	6,044*** (0,185)
<b>_cons</b>	43,061*** (0,354)	34,595*** (1,297)	26,809*** (2,864)	39,083*** (0,529)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: \*\*\*p<0,001, \*\*p<0,05, \*p<0,1. Os valores entre parênteses representam os erros padrão.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 3, todas as variáveis de inadimplência demonstraram impactos negativos expressivos, tanto no modelo em que foram inseridas sem as demais variáveis de controle, quanto no modelo completo. Considerando o modelo de interesse (modelo 4), ter atrasado o pagamento do aluguel ou a prestação de um imóvel está associado a uma redução de 1,72 pontos percentuais no bem-estar do indivíduo. Por conseguinte, o atraso no pagamento de contas básicas, como água, luz e gás, foi o atraso que gerou a maior redução



de bem-estar individual, de modo que atrasar o pagamento desta categoria de contas gera uma redução de 5,18 pontos no bem-estar individual. Já a variável *Atraso bens serviços* demonstrou que o atraso no pagamento de bens e serviços impacta em uma redução de 3,12 pontos no bem-estar do indivíduo pertencente à família inadimplentes.

Os resultados demonstram que dificuldades financeiras, representadas pela dificuldade em arcar com as próprias dívidas, têm um impacto negativo e substancial no bem-estar, chamando a atenção, ao considerar as variáveis de atraso empregadas, para o efeito negativo mais elevado do atraso das contas básicas dos domicílios, isto é, que estão diretamente ligadas às necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, indo ao encontro do que é sugerido por Turunen e Hiilamo (2014) e Leão, Fernandes e Martins (2016).

Além disso, os resultados encontrados corroboram estudos que indicam que o atraso no pagamento de contas básicas é um dos fatores que mais impactam negativamente o bem-estar dos indivíduos. Como indicado por Cavalcanti et al. (2019), a frustração dessas necessidades básicas gera forte sensação de insegurança e instabilidade, tornando-se capaz de reduzir a saúde mental e impedir a realização de necessidades superiores, como as necessidades sociais e de estima. Assim, a dificuldade em arcar com despesas essenciais representa uma ameaça direta à base do bem-estar psicológico, confirmando a centralidade dessas condições materiais na estrutura motivacional proposta por Maslow (1954).

Por outro lado, o atraso no pagamento de aluguel e prestações de imóveis foi a categoria de contas que apresentou o menor impacto sobre o bem-estar individual, o que se pode atribuir às possibilidades de negociações e consequências menos imediatas do que as causadas pelo atraso das contas básicas, o que também vai ao encontro do que é apontado pela literatura, que sugere que os efeitos tendem a se elevar quando repetidos atrasos culminam em riscos de despejo (Coste *et al.*, 2020; Turunen; Hiilamo, 2014).

O controle pelo ano de entrevista, que permite captar variações temporais que não são explicadas diretamente pelas demais variáveis do modelo, mostra que, em 2018, os indivíduos apresentaram, em média, um valor que é 20,43 pontos percentuais superior em relação ao ano de 2009, utilizado como base. Este resultado reflete no indicador de bem-estar analisado ao longo do tempo, influenciada por mudanças macroeconômicas, sociais ou políticas, em um período marcado por mudanças no mercado de trabalho, na estrutura de políticas públicas, no acesso a crédito e na aquisição de bens e serviços.

No que se refere às *dummies* de coortes, tendo como base o quinquênio 1960-1964, há um padrão de aumento progressivo e significativo do bem-estar individual ao longo do tempo, o que sugere que gerações mais novas tendem a reportar um nível de bem-estar significativamente maior do que as gerações mais antigas. O nível mais elevado de bem-estar, em comparação com a geração mais velha, dentre as coortes, está na coorte dos indivíduos nascidos no período de 1990-1994. Este padrão de crescimento do bem-estar individual ao longo do tempo pode ser explicado por diversos fatores, sendo eles políticos, econômicos e sociais.

No plano político-econômico, o processo de redemocratização brasileira, consagrado pela Constituição Federal de 1988, encerrou um período de ditadura militar marcado por forte concentração de renda e exclusão social. A Carta Magna consolidou direitos fundamentais e ampliou a participação política, criando as bases para políticas públicas que promoveriam maior inclusão e desenvolvimento social. Nesse cenário, destaca-se a implementação do Plano Real, em 1994, que representou um marco de estabilidade monetária ao controlar a hiperinflação, restaurando o poder de compra da população e permitindo um ambiente mais favorável ao



crescimento econômico e à redução da pobreza (Agência Brasil, 2024; Banco Central Do Brasil, 2023).

No campo social, observou-se o fortalecimento de políticas voltadas à ampliação do acesso a direitos básicos. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) garantiu atendimento universal e gratuito, enquanto a expansão das universidades federais e a adoção de políticas de cotas promoveram maior inclusão de mulheres, negros e indígenas na educação superior e na vida pública (Nussbaum, 2000; Sen, 1999). Além disso, a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real ampliou o acesso ao consumo de bens duráveis e culturais pelas camadas mais pobres, refletindo uma melhora nas condições de vida e na percepção de bem-estar social (FERNANDES; LIMA, 2020).

Por outro lado, o modelo 2, estimado para a subamostra composta pelos 25% com menor renda, revela que o atraso no pagamento de compromissos financeiros – especialmente contas básicas, imóveis e bens e serviços – apresenta associação negativa ainda mais intensa com o bem-estar do que o observado na amostra completa. Os coeficientes negativos e estatisticamente significativos para essas variáveis indicam que as restrições financeiras cotidianas impactam diretamente e de forma acentuada a percepção de qualidade de vida entre os mais pobres, cuja capacidade de enfrentar adversidades econômicas é mais limitada. Além disso, destaca-se a ausência de significância estatística das coortes de nascimento, sugerindo que, para essa parcela da população, fatores estruturais persistentes – como o acesso precário à educação, moradia, saúde e serviços públicos – são mais relevantes para o bem-estar do que as mudanças geracionais. Assim, mesmo os indivíduos mais jovens, teoricamente beneficiários de avanços sociais recentes, não apresentaram melhorias relativas no bem-estar em comparação com gerações anteriores, o que evidencia baixa mobilidade social e continuidade das privações ao longo do tempo entre os mais pobres.

Em contraste, os resultados do modelo estimado para os 25% mais ricos da amostra (modelo 3) apontam para um padrão distinto nos determinantes do bem-estar. Embora o atraso no pagamento de contas básicas e outras obrigações financeiras continue apresentando efeito negativo e estatisticamente significativo - exceto para atrasos no pagamento de imóveis -, a magnitude dos coeficientes é consideravelmente menor, refletindo uma maior resiliência financeira e menor vulnerabilidade a esses eventos entre os mais favorecidos economicamente. Ademais, diferentemente do observado na população mais pobre, as variáveis de coorte de nascimento mostraram-se significativas, indicando que os indivíduos mais jovens desse grupo experimentaram melhoras substantivas no bem-estar, provavelmente associadas a ganhos intergeracionais em renda, escolaridade, acesso a bens e serviços e inclusão tecnológica. Esses achados evidenciam que as transformações econômicas e sociais das últimas décadas beneficiaram de forma desigual a população, concentrando seus efeitos positivos nos grupos de maior renda. Dessa forma, observa-se não apenas uma disparidade no nível de bem-estar entre ricos e pobres, mas também na dinâmica dos fatores que o determinam, apontando para a necessidade de políticas públicas mais equitativas e focalizadas na redução da desigualdade estrutural.

## **6. CONCLUSÃO**

O presente estudo buscou analisar os efeitos da inadimplência sobre a evolução do bem-estar no Brasil utilizando dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009 e 2017-2018. Por meio da construção de um índice multidimensional de bem-estar e da aplicação de uma regressão linear múltipla com efeitos fixos por coortes de nascimento, tornou-



se possível isolar efeitos de mudanças intergeracionais dos fatores associados à variação do bem-estar dos indivíduos.

A análise revelou que, entre os diversos fatores examinados, as dificuldades financeiras representam um dos detratores mais fortes e consistentes do bem-estar individual. As variáveis que medem o atraso no pagamento de contas, imóveis ou bens demonstraram uma associação negativa, robusta e estatisticamente significativa com a qualidade de vida. Este achado sublinha que a instabilidade econômica e a incapacidade de cumprir com compromissos financeiros básicos são barreiras críticas para o bem-estar, impactando diretamente a percepção de qualidade de vida dos indivíduos.

Além disso, foi possível observar uma melhora substancial no bem-estar médio da população brasileira entre os anos de 2009 e 2018, visto que o efeito positivo elevado associado à variável de ano indica que, apesar das dificuldades financeiras persistentes para uma parcela da população, o período como um todo foi marcado por um avanço geral nas condições de vida, conforme captado pelo índice de bem-estar individual. Contudo, os resultados demonstram que apesar do progresso no bem-estar, as desigualdades estruturais persistiram, com destaque para o avanço na renda per capita acompanhado pelo grande aumento de seu desvio padrão. Ademais, ser branco e ser casado estão associados a níveis de bem-estar significativamente mais elevados, enquanto ser mulher está associado a um bem-estar ligeiramente inferior. As disparidades regionais também se mostraram preponderantes, com as regiões Norte e Nordeste a apresentarem níveis de bem-estar inferiores aos da região Sudeste.

As implicações para políticas públicas devem considerar a forte associação negativa das dificuldades financeiras com o bem-estar sugere a urgência de políticas que visem a estabilidade financeira das famílias, o controle do endividamento e a criação de redes de proteção social robustas. Secundariamente, embora o crescimento econômico do período pareça ter gerado ganhos generalizados de bem-estar, as políticas devem ir além da promoção da renda, focando na redução das desigualdades estruturais de gênero, raça e região.

Este estudo contribui para a literatura ao aplicar uma metodologia robusta para analisar um índice multidimensional de bem-estar com dados recentes, de diferentes anos. No entanto, reconhece-se que a POF não constitui um painel de dados verdadeiro, e o índice, embora abrangente, é uma das muitas formas possíveis de mensurar um conceito tão complexo como o bem-estar. Investigações futuras poderiam explorar os impactos de choques econômicos e de programas sociais específicos sobre a trajetória do bem-estar das diferentes coortes.



## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Há 30 anos, Plano Real derrubava hiperinflação e estabilizava economia.** Brasília, DF: Agência Brasil, 30 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/ha-30-anos-plano-real-derrubava-hiperinflacao-e-estabilizava-economia>. Acesso em: 5 set. 2025.

ALMEIDA, I. J. O.; ANDRADE, V. L. P. **Os fatores psicológicos envolvidos no processo de endividamento sob a perspectiva da psicologia econômica.** *Cadernos de Psicologia*, Juiz de Fora, p. 490-507, 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central atualiza números sobre o endividamento de risco.** Brasília, DF: BCB, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/752/noticia>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BATISTELLA, C. **Consumo e endividamento na classe média brasileira no início do século XXI.** 2014. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BIYANWILA, B. P. U. K.; ANURADHA, P. A. N. S. **Behavioral factors affecting household over-indebtedness: a systematic review.** *Vidyodaya Journal of Management*, v. 9, n. 1, p. 84-107, 2023.

BOTELHO, L. H. F. *et al.* **Promoção de bem-estar social a partir de políticas públicas de renda em países da OCDE e relação com políticas fiscais.** *Sociedade e Estado*, v. 39, n. 01, e47936, 2024. DOI: 10.1590/s0102-6992-20243901e47936.

CAETANO, M. C. **Análise das influências da educação financeira sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. **Satisfação Global de Vida e Bem-estar Financeiro: desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 182-200, 2017.

CARROLL, C. D. **A Theory of the Consumption Function, With and Without Liquidity Constraints.** Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2001. (NBER Working Paper, n. 8387). Disponível em: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w8387/w8387.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w8387/w8387.pdf). Acesso em: 3 jun. 2025.

CAVALCANTI, T. M. *et al.* **Hierarquia das necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 1–13, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Juros altos só prejudicam a economia, afirma CNI.** Agência de Notícias da Indústria, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/juros-altos-so-prejudicam-a-economia-afirma-cni/>. Acesso em: 21 mar. 2025.



COSTE, T.; HENCHOZ, C.; WERNLI, B. **Debt and Subjective Well-Being**: Does the Type of Debt Matter? *Swiss Journal of Sociology*, p. 445-465, 2020.

DEATON, A. The design and content of household surveys: The content and quality of survey data. In: DEATON, A. **The analysis of household surveys**: a microeconomic approach to development policy. Washington, DC: World Bank Group, 1997. cap. 1, p. 22-31.

DIENER, E. **Subjective Well-Being**. *Psychological Bulletin*, v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984.

DIENER, E.; OISHI, S.; LUCAS, R. E. Subjective well-being: the science of happiness and life satisfaction. In: SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. (ed.). **Oxford handbook of positive psychology**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2009. p. 187-194.

FAN, L.; RYU, S. **Financial debts and subjective well-being of young adults**: an adaption of the stress process model. *The Journal of Consumer Affairs*, 2023.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados**: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata. São Paulo: Atlas, 2017.

FERNANDES, I. L. C.; LIMA, P. V. P. S. **Abordagem do bem-estar para o desenvolvimento global**. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 15, p. 93-116, 2020.

FERREIRA, M. B. *et al.* **On the Relation Between Over-Indebtedness and Well-Being**: An Analysis of the Mechanisms Influencing Health, Sleep, Life Satisfaction, and Emotional Well-Being. *Frontiers in Psychology*, 2021.

FISHER, I. **The Theory of Interest**: As Determined by Impatience to Spend Income and Opportunity to Invest It. New York: The Macmillan Company, 1930.

FRIEDMAN, M. **A Theory of the Consumption Function**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

GALLE, J. M. **Três ensaios sobre a relação entre consumo e endividamento das famílias**. 2024. 113 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024.

GIACOMONI, C. H.; HUTZ, C. S. **Escala multidimensional de satisfação da vida para crianças**: estudos de construção e validação. *Estudos de Psicologia*, v. 25, n. 1, p. 23-35, 2008.

GOMES, M. A.; DE SANT'ANNA, E. P. A.; MACIEL, H. M. **Análise do consumo excessivo e a propensão ao endividamento**: uma revisão sistemática do período de 2017-2022. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 1, p. 1370-1383, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2759>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GONÇALVES, S. S. **A Educação Financeira Frente ao Consumo e Endividamento Das Famílias Brasileiras**. 2022. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.



INEE, Inter-agency Network for Education in Emergencies. Glossário. *In*: INEE, Inter-agency Network for Education in Emergencies. **Bem-estar social**. 2024. Disponível em: <https://inee.org/pt/eie-glossary/bem-estar-social>. Acesso em: 21 mar. 2025.

JEVONS, W. S. **The theory of political economy**. [S.l.]: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012.

KEMPSON, E.; MCKAY, S.; WILLITTS, M. **Characteristics of families in debt and the nature of indebtedness**. Department for Work and Pensions, 2004.

LEÃO, A. P. C.; FERNANDES, R. A. U.; MARTINS, M. M. **Empréstimos consignados e endividamento familiar**: estudo junto a servidore(a)s público(a)s federais em Pernambuco. *Revista Brasileira de Economia Doméstica*, Viçosa, MG, p. 152-174, 2016.

MANKIW, N. G. Entendendo o comportamento do consumidor. *In*: MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. cap. 16, p. 604-641.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Row, 1954.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. Utility Analysis and the Consumption Function: An Interpretation of Cross-Section Data. *In*: KURZ, G. *et al.* (ed.). **Post-Keynesian Economics**. Cambridge: Harvard University Press, 1954. p. 388–436.

MORAES, C. O. *et al.* **Dívida das Famílias, Crédito e Política Monetária**. *Revista FSA*, Teresina, v. 19, n. 10, art. 2, p. 25-44, out. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.10.2>. Acesso em: 8 jun. 2025.

NUSSBAUM, M. C. **Women and human development**: the capabilities approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OTTAVIANI, C.; VANDONE, D. **Impulsivity and household indebtedness**: Evidence from real life. *Journal of Economic Psychology*, p. 754-761, 2011.

PARAÍSO, S. C. S.; FERNANDES, R. A. S. [TÍTULO DO ARTIGO]. *Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação*, p. 12-26, 2019. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/1031>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PORTO, I. I. M.; LEROY, F. L. D.; CAMARGOS, M. A. **Endividamento familiar**: Uma análise a partir de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Viçosa, MG: Repositório Institucional da Universidade Federal de Viçosa, 2019.

ROSSI, A. M. **Dificuldades financeiras corroem saúde mental do brasileiro na pandemia**. *VEJA*, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/dificuldades-financeiras-corroem-saude-mental-do-brasileiro-na-pandemia>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ROZA, E.; PIANA, L. S.; BATISTA, V. C. **Endividamento familiar**: fatores ocultos e estratégias para promover a estabilidade financeira. *Revista Foco*, p. 01-20, 2024.



SCHULZE, V. **Determinantes do endividamento público no Brasil: uma análise do período de 2002 a 2022.** 2023. 55 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERASA EXPERIAN. **Indicadores econômicos.** São Paulo: Serasa Experian, 2025. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>. Acesso em: 9 maio 2025.

SILVA, L. M. **Finanças pessoais: uma análise sobre o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras.** 2021. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA, P. R. **O endividamento nos estágios do ciclo de vida familiar em Porto Alegre.** 2023. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

TERRA, C. Qual o nível ótimo da conta-corrente? In: TERRA, C. **Finanças Internacionais: Macroeconomia aberta.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 4, p. 59-92.

TURUNEN, E.; HIILAMO, H. **Health effects of indebtedness: systematic review.** *BMC Public Health*, 2014.

VASCONCELOS, I. M. D. **Endividamento: quando a dívida compromete a saúde mental.** 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

ZERRENER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda.** 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/>. Acesso em: 4 set. 2025.